

POVO LIVRE

VITÓRIA



A COLIGAÇÃO PSD/CDS-PP/PPM VENCEU AS ELEIÇÕES REGIONAIS DOS AÇORES, NO DOMINGO, COM 42,08% DOS VOTOS

6 PRESIDENTE

TUDO ESTÁ POR FAZER EM PORTUGAL

O líder da AD considera justas as reivindicações tanto das forças de segurança como dos agricultores e, por isso, garante que irá dialogar com os dois setores quando for Primeiro-Ministro

9 LOCAIS

GNR DE BAIÃO SEM CARROS-PATRULHA

Para o PSD de Baião, “não deixa de ser irónico que no concelho” do ministro da Administração Interna, a GNR mostre que está sem condições operacionais

13 REGIONAIS

BOLIEIRO PROMETE DIÁLOGO NOS AÇORES

José Manuel Bolieiro afirmou que a coligação PSD/CDS-PP/PPM, vencedora das legislativas açorianas de domingo nos Açores, tem “a responsabilidade de liderar os destinos” do arquipélago por quatro anos

A mudança começou

A Aliança Democrática mereceu a confiança da maioria dos eleitores e, logo na noite eleitoral, os açorianos viram essa confiança honrada por José Manuel Bolieiro: a AD vai formar governo e apresentar-se à Assembleia Legislativa Regional com base no programa que foi sufragado.



EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Os Açores, é sabido, têm condições climáticas muito características, sobretudo por influência do anticiclone mundialmente conhecido pelo nome deste arquipélago encantador. Nos anos últimos anos, as mudanças do comportamento deste anticiclone têm justificado especial atenção de especialistas, no contexto das alterações climáticas, ajudando a perceber o porquê de o continente português ser sujeito a períodos de seca prolongado e extrema, ao passo que, nos Açores, se vive frequentemente de guarda-chuva aberto.

Sendo certo que estará por estudar o impacto do Anticiclone dos Açores no quadro político regional e nacional, parece-me evidente que, neste domingo passado, testemunhámos o primeiro sinal evidente de que começou a mudança no clima político em Portugal – e para melhor.

Ao contrário do que as sondagens apontavam – e, de facto, como mentem as sondagens – a Aliança Democrática mereceu a confiança da maioria dos eleitores e, logo na noite eleitoral, os açorianos viram essa confiança honrada por José Manuel Bolieiro: a AD vai formar governo e apresentar-se à Assembleia Legislativa Regional com base no programa que foi sufragado. Estão de parabéns os açorianos, pelo exercício exemplar dos direitos e deveres democráticos, e os responsáveis da AD nos Açores, em particular, José Manuel Bolieiro, que tem sabido liderar com perseverança e com visão de futuro, merecendo, pois, o reconhecimento em que se traduziu o voto dos açorianos.

Por conseguinte, não surpreendeu a clareza e sentido de responsabilidade

com que José Manuel Bolieiro reafirmou o compromisso de governar nos próximos quatro anos com determinação e coragem, mas também com abertura ao diálogo em nome dos superiores interesses dos Açorianos. Em contraponto estão os partidos que não mereceram a confiança da maioria dos eleitores. Como rapidamente se tornou evidente nas reações aos resultados eleitorais, há dúvidas objetivas quanto à possibilidade de os respetivos líderes assumirem uma posição responsável – como aconteceu em 1996, quando o PSD viabilizou o primeiro governo de Carlos César, eleito sem maioria absoluta e com o mesmo número de mandatos do nosso partido. Outro cenário que não esse resultará de uma coligação negativa dos partidos da oposição, em particular, entre o PS e o Chega, que assim se assumirão como fatores de instabilidade, sacrificando a boa governação da Região em nome dos respetivos interesses partidários.

Enquanto aguardamos pelo cumprimento dos formalismos decorrentes das eleições nos Açores, prossegue o nosso trabalho, a nível nacional, de contacto permanente com os portugueses e em que é perceptível a confiança crescente na coligação liderada pelo PSD e em Luís Montenegro. Numa semana marcada pelo início dos debates televisivos, a atenção está virada para a apresentação do Programa Eleitoral da Aliança Democrática, no que constituirá um marco importante de afirmação das nossas ideias e das nossas propostas.

A mudança começou. De mãos dadas com os portugueses, faremos o caminho rumo a um futuro melhor para Portugal, para todos nós.

OS AÇORES SÃO UMA INSPIRAÇÃO PARA AQUILO QUE VAMOS FAZER A PARTIR DE 10 DE MARÇO



Luís Montenegro considera que a Aliança Democrática (AD), que venceu no domingo as eleições regionais dos Açores, tem “todas as condições” para governar nos próximos quatro anos.

“Estes resultados configuram uma situação política que dá a esta coligação condições de governabilidade nos próximos quatro anos na Região Autónoma dos Açores. Não obstante não haver maioria absoluta da coligação, a verdade é que só pode haver um Governo alternativo se todas as outras forças políticas, e em particular duas – PS e Chega – se unirem, se coligarem”, afirmou.



Em Ponta Delgada, no domingo, 4 de fevereiro, Luís Montenegro elogiou José Manuel Bolieiro e desejou-lhe “um grande mandato” como Presidente do Governo Regional dos Açores. “O povo açoriano está contigo, quer-te à frente do Governo Regional, tens todas as condições para levar este caminho por diante”, defendeu.

O líder da AD sublinha que a coligação PSD/CDS-PP/PPM falou para os açorianos e, até dia 10 de março, é isso que a coligação vai fazer: “falar para as pessoas.” “Este contexto governativo, que junta a criação de riqueza que resulte a valorização das pessoas do capital humano, que junta a solidariedade social para com aqueles que precisam de uma ajuda dos poderes públicos é uma inspiração também para aquilo que nós vamos fazer a partir do próximo dia 10 de março em todo o país”, acrescentou.

Luís Montenegro fez questão de saudar todos os açorianos pelo aumento da participação eleitoral e enalteceu que os açorianos aprovaram um projeto para desenvolver os Açores “que conseguiu baixar impostos, ter uma taxa de cresci-

mento económico durante mais de 30 meses, baixar o desemprego e ter serviços públicos a funcionar com eficiência superior” à do continente.

“É uma honra, como Presidente do PSD, verificar como te relacionas com esta comunidade, como pões o interesse dos açorianos sempre a frente de qualquer outro interesse”, disse, dirigindo-se diretamente ao líder do PSD dos Açores.

A coligação PSD/CDS-PP/PPM venceu as eleições regionais dos Açores, com 42,08% dos votos, obtendo 26 dos 57 mandatos na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRA).

JOSÉ MANUEL BOLIEIRO: RESULTADO EXPRESSA A VONTADE DOS AÇORIANOS

O Presidente do PSD dos Açores e líder regional da coligação PSD/CDS-PP/PPM, José Manuel Bolieiro,

garantiu que irá governar com “uma maioria relativa”, salientando que “uma vitória nunca é uma minoria”.

“Eu governarei com uma maioria relativa. E não se trata de uma minoria, uma vitória nunca é uma minoria, é uma maioria de votos e de mandatos”, disse.

José Manuel Bolieiro salientou, ainda, que não irá “esmagar ninguém”, mas sim “governar os Açores” nos próximos quatro anos.



“Tal como disse na minha declaração inicial, cada um assumirá a sua responsabilidade”, insistiu.

José Manuel Bolieiro lembrou ainda que “o PS liderou uma coligação negativa para rejeitar o Plano e o Orçamento [para 2024] e que provocou as eleições antecipadas”. “Foi derrotado neste seu objetivo e, por isso, eu penso que também o PS tem de fazer esta leitura. Deixar de fazer campanha negativa, de liderar uma coligação negativa”, assinalou.

O candidato da coligação PSD/CD-S-PP/PPM, que lidera o Governo Regional desde 2020, manifestou ainda acreditar que tem o povo do seu lado, rejeitando ceder a chantagens.

“Eu hoje sou claro, mesmo cristalino. Senti, ao ouvir os resultados eleitorais e com o grau desta vitória eleitoral, repito, de 42%, de seis ilhas em nove ilhas, três concelhos em 19, 106 freguesias em 155.

Creio que não há margem para dúvidas que tenho o povo do meu lado e que esta liderança da governação não pode ceder a chantagens”, destacou.

JOSÉ MANUEL BOLIEIRO, O “CONCILIADOR E PERSISTENTE”

José Manuel Bolieiro, que conduziu a coligação PSD/CDS-PP/PPM nas eleições legislativas regionais de domingo à vitória, tem, entre as suas paixões, o motociclismo.

Natural da vila da Povoação, na ilha de São Miguel, tem 58 anos e reside em Ponta Delgada. Filho de agricultor e de mãe doméstica, fez a licenciatura em Direito, em Coimbra, e exerceu advocacia entre 1991 e 1997.

Divorciado e pai de duas filhas (uma de 28 e outra de 26 anos), José Manuel Bolieiro assume como passatempos andar de mota, ir à praia no verão e praticar desporto.

Na gastronomia, é apreciador de

pratos de marisco e, na literatura, são os livros sobre ensaios filosóficos e políticos os eleitos, particularmente a obra do filósofo Henri Bergson.

Militante do PSD desde 28 de abril de 1992, é pela direita que marcha. E assim é também por ocasião das Sanjoaninas, em Angra do Heroísmo, na Terceira, integrando a Marcha dos Coriscos, de São Miguel, criada em 2010 para desfazer o bairro entre as duas ilhas.

José Manuel Bolieiro foi, em 2010, um dos fundadores da marcha. E se na marcha como na política vai à direita, confessou o ano passado à Lusa nas Sanjoaninas que procura “ser centro”, porque é no centro que “estará a virtude”.

Os que lhe conhecem esta e outras facetas destacam que, na política, é “conciliador e persistente”, além de ser um político que “faz pontes”.

Por outro lado, apontam-lhe uma

“excelente oratória”, daí que faça quase todos os discursos de improviso.

No percurso político de José Manuel Bolieiro estão os cargos de deputado na Assembleia Legislativa Regional (1998-2009), de presidente da Assembleia Municipal de Povoação (2002-2009) e de presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada (2012-2020).

O presidente do PSD/Açores, função que desempenha desde 14 de dezembro de 2019, é conselheiro de Estado desde fevereiro de 2021.

Enquanto deputado na Assembleia Legislativa, José Manuel Bolieiro integrou a Comissão de Acompanhamento do Processo de Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (2005-2008), tendo sido esta comissão que redigiu a proposta de lei que conduziu à terceira revisão do Estatuto e que está atualmente em vigor.



Uma vitória nunca é uma minoria, é uma maioria de votos e de mandatos

José Manuel Bolieiro



TUDO ESTÁ POR FAZER EM PORTUGAL

O líder da AD considera justas as reivindicações tanto das forças de segurança como dos agricultores e, por isso, compromete-se a dialogar com os dois setores quando for Primeiro-Ministro.

“Tudo está por fazer em vários setores de atividade em Portugal: (...) da saúde à educação, à justiça, [há] um retrato, no âmbito da Administração Pública, que é deveras preocupante. Nós estamos com dificuldade de atrair e reter para a administração pública bons profissionais, também para funções de soberania (...) e com uma dificuldade maior de valorizar a sua carreira”, afirmou.

Na quinta-feira, 1 de fevereiro, em Lisboa, após receber a plataforma que junta sindicatos da Polícia de Segurança Pública (PSP) e associações da Guarda Nacional Republicana (GNR), Luís Montenegro sublinhou que “há um país que cada dia se revela completamente diferente do que o PS andou a propagandear nos últimos tempos e continua a enaltecer, e temos em muitos setores uma grande instabilidade, um grande sentimento de injustiça”.

A propósito da reivindicação das forças de segurança, que reclamam um subsídio de missão equiparado ao atribuído à Polícia Judiciária, Luís Montenegro comprometeu-se, num executivo liderado pela AD, a reunir com os seus representantes para quantificar como se poderá “reparar esta desigualdade”, já que a pretensão das forças de segurança “é justa e prioritária”.

“Há razões para mudar de Governo e há razões para dizer que o Partido Socialista deixou o país,

está a deixar o país bem pior, do que aquilo que foram as condições em que o recebeu e muito pior do que aquilo que tem dito nas suas intervenções relativamente à reivindicação das forças de segurança, para haver uma equiparação de tratamento relativamente àquela que foi a medida tomada em termos de suplemento de remuneração para a Polícia Judiciária”, frisou. Nesta declaração, o líder da AD referiu-se também à “enormíssima manifestação dos agricultores portugueses” que decorre por todo o país.

“[Os agricultores] denotam toda a sua frustração e desilusão com a falta de apoio por parte do Governo”, apontou.

Questionado sobre o que pode a AD oferecer aos agricultores, Luís Montenegro foi perentório: “Desde logo, dignidade e respeito. Para mim, a agricultura é um setor estratégico, estratégico para criar riqueza, para termos mais autonomia alimentar, para fixar pessoas no território”, disse, defendendo que é essencial manter uma “relação dialogante e leal” com os agricultores.



AD TEM PROPOSTAS AMBICIOSAS PARA A HABITAÇÃO

Luís Montenegro acusa os governos socialistas de fracasso na habitação e no alojamento estudantil.

“Infelizmente, o Estado, o Governo falhou aos jovens estudantes portugueses nos últimos anos, depois de ter apresentado a pretensão de duplicar a capacidade de alojamento estudantil há cinco anos, no que diz respeito a ação direta do governo, o resultado foi zero”, afirmou.

Na segunda-feira, 5 de fevereiro, após visitar uma residência universitária em Lisboa, o líder da AD defendeu que o Estado central deve seguir o exemplo da Câmara Municipal de Lisboa, liderada por Carlos Moedas. “Esta política de habitação, que se faz aqui na cidade de Lisboa, é perfeitamente transponível com as especificidades de cada território para outras zonas do país, quer por via do apoio às câmaras municipais quer por via do próprio investimento direto do Estado, da Administração Central”, referiu.

No entender de Luís Montenegro, é necessário “ajudar do lado da oferta, colocando mais casas no mercado, quer do ponto de vista do investimento público, quer do agilizar do investimento privado”.

“Quanto mais casas houver no mercado, mais fácil é suster o aumento do preço das casas e até diminuí-lo”, defendeu.



“Com estas propostas de apoio, não só do lado da oferta, como da procura, podemos estimular que muitas famílias ultrapassem essa dificuldade ou no pagamento de rendas ou na aquisição de imóveis”, acrescentou, defendendo que o Es-

tado “não pode resolver sozinho” os problemas em matéria de habitação.

Por isso, frisou Luís Montenegro, “a Aliança Democrática apresenta nestas eleições um pacote de propostas na área da habitação que é muito ambicioso e que envolve uma estratégia, no fundo, comporta aquilo que está aqui a ser feito em Lisboa”.

A AD propõe políticas de apoio a segmentos específicos, como os jovens, que passam por medidas como a isenção de IMT e Imposto de Selo e uma garantia pública para viabilizar o financiamento bancário a 100% na aquisição da primeira habitação.

Luís Montenegro testemunhou no terreno um empreendimento que “está praticamente pronto, a poder ser habitado por jovens estudantes”, que reflete “uma política de habitação que não se fica pelas palavras, não se fica pelos PowerPoint”.

As 320 camas desta residência estudantil, mesmo em frente ao Instituto Superior Técnico, deverão ficar disponíveis para os estudantes ainda este mês, a preços “de acordo com as regras fixadas pelo ensino superior e com os rendimentos” de cada um.





LÍDIA PEREIRA NOMEADA PARA O PRÉMIO “YOUTH CHAMPION OF THE MANDATE”

Lídia Pereira, eurodeputada do Partido Social Democrata e Presidente da Juventude do Partido Popular Europeu (PPE), foi nomeada para o prémio “Youth Champion of the Mandate”. Esta nomeação ocorre na sequência da sua vitória em 2023 como “Youth Champion of the Year”, um reconhecimento atribuído pela revista “The Parliament”.

A distinção de “Youth Champion of the Mandate” destaca o compromisso de Lídia Pereira na promoção dos interesses e aspirações dos jovens europeus ao longo do seu mandato parlamentar. A sua dedicação incansável em abordar as questões que afetam as novas gerações, bem como em advogar por políticas mais sustentáveis, inclusivas e com oportunidades para os jovens, tem sido verdadeiramente inspiradora.

A eurodeputada, que se encontra no terceiro mandato como Presidente da Juventude do PPE, tem vindo a advogar pela participação efetiva dos jovens no processo de decisão, em particular no âmbito das instituições europeias. O seu compromisso com o desenvolvimento de uma agenda sustentável e de proteção do ambiente, a par de mais crescimento económico e melhoria das con-

dições de vida dos jovens europeus tem sido uma fonte de inspiração dentro e fora do Parlamento Europeu.

Esta nomeação é um testemunho do impacto positivo do trabalho incansável de Lídia Pereira em defesa da sua geração e da juventude europeia. O seu empenho em criar um futuro mais promissor e inclusivo para as gerações vindouras é digno de reconhecimento e louvor.

Nas palavras de Lídia Pereira, “voltar a ser nomeada para este prémio é um reconhecimento da consistência e coerência do meu compromisso com a minha geração e as que nos seguem. Os jovens têm sido sucessivamente afetados pelas crises que temos enfrentado e superado. O meu empenho em representar a minha geração visa amplificar as vozes e encontrar soluções para os desafios das gerações mais jovens no Parlamento Europeu.

O prémio MEP Awards é um reconhecimento, concedido anualmente pela Revista “The Parliament” a membros do Parlamento Europeu que se destacam em várias categorias, demonstrando excelência nas suas áreas de atuação.

SOBRE LÍDIA PEREIRA

Além de deputada do grupo do PPE, a eurodeputada Lídia Pereira é presidente do YEPP, a maior organização política jovem da Europa. Desde o início do seu mandato, a deputada tem apostado profundamente na política de juventude, com particular preocupação com o bem-estar das gerações futuras.

Como membro da Comissão de Meio Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar (ENVI) e da Comissão Economia e Assuntos Monetários (ECON).

Tem sido porta-voz da necessidade de garantir a solidariedade geracional em todos os passos dados pela UE, seja em relação ao clima, ao meio ambiente e às mudanças climáticas, seja na aposta de mais e melhores salários para as novas gerações, com melhoria das condições de vida e acesso à habitação, ou na defesa de um modo de vida europeu.

PSD ALERTA PARA A FALTA DE CONDIÇÕES OPERACIONAIS

GNR DE BAIÃO SEM CARROS-PATRULHA

De acordo com notícias vindas a público, o último carro operacional no posto da GNR de Baião terá ficado na terça-feira, 30 de janeiro, sem embraiagem, e assim, o concelho de origem do ministro da Administração Interna fica apenas com patrulhas a pé ou a ter de solicitar apoio ao efetivo dos concelhos vizinhos de Marco de Canaveses e Amarante.

Dos quatro carros afetos ao posto de Baião, um não terá passado na inspeção e foi enviado para a oficina há várias semanas, os outros dois têm avarias por resolver e no início desta semana a restante viatura que estava afeta ao Posto da GNR de Baião, com mais de 600 mil quilómetros, teve de ser levado de reboque para uma oficina.

Para o PSD de Baião, “não deixa de ser irónico que no próprio concelho do ministro que tem afirmado publicamente que estamos perante ‘a maior lei de programação de investimentos em infraestruturas de que há memória’, acrescentando que ‘são 607 milhões de euros, cujo investimento está já a decorrer por todo o país, para melhorar as condições de trabalho das forças de segurança’, a GNR, afinal, não tem condições operacionais.”

O PSD, nomeadamente na Assembleia da República, tem alertado e afirmado que é necessário garantir um investimento contínuo, programado e efetivo nos equipamentos, e na renovação das estruturas das forças de segurança.

“E embora o Governo fizesse constantemente “exercícios” de propaganda, foi notória a baixa execução da Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança relativamente ao investimento que se encontrava programado, com níveis de execução muito aquém do previsto e anunciado: a falta de meios, a degradação das instalações, a falta de viaturas operacionais, a escassez de equipamento e a obsolescência dos meios tecnológicos tem comprometido as condições de trabalho das forças de segurança”, considera a estrutura presidida por Ana Azevedo.

Além dos problemas da frota automóvel, as obras de reabilitação do Posto Territorial da GNR de Baião ainda não viram a luz do dia, após a pomposa cerimónia de assinatura do respetivo protocolo pelo MAI. É ainda incompreensível a situação do posto da GNR de Baião, que “demonstra o estado depauperado que as forças de segurança em Baião se encontram e revela a urgência no reforço dos meios de que carecem as forças de segurança, confirmando que a realidade diária das forças de segurança desmente os anúncios e a propaganda do Governo socialista.”

“O Partido Socialista tem sistematicamente virado costas ao concelho de Baião e por isso, PSD Baião vem assim demonstrar a sua preocupação e exigir que esta situação se resolva o mais depressa possível. Baião não pode sofrer mais com a incompetência socialista”, conclui.



MOBILIDADE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

O SILÊNCIO CÚMPLICE DA AUTARCA DE MATOSINHOS E A INOPERÂNCIA DE PEDRO NUNO SANTOS

Em 2020, foi criado um grupo intermunicipal para encontrar soluções para os problemas de mobilidade envolvendo a A28, a VCI e a Estrada da Circunvalação. Estiveram previstos mais pórticos na A28, o que sobrecarregaria os matosinhenses, residentes no Norte do concelho. Luísa Salgueiro aceitou as soluções apresentadas, mas, devido ao aproximar das eleições autárquicas, recuou. Luísa Salgueiro tem entradas de leão e saídas de senheiro.

“A verdade é que Matosinhos, devido à sua localização estratégica, paredes meias com a cidade do Porto e com infraestruturas portuárias e aeroportuárias, sofre de forma drástica com a falta de mobilidade na Área Metropolitana do Porto, nomeadamente na congestionada A28 e na rotunda dos Produtos Estrela”, argumenta Bruno Pereira, vereador e Presidente do PSD de Matosinhos.

“Novos pórticos e mais taxas não são a solução para o problema de mobilidade. Uma solução temporária pode passar por proibir que, em horas de ponta, veículos de transporte de mercadorias circulem na VCI, na Circunvalação e na rotunda dos Produtos Estrela”, defende Bruno Pereira, vereador e Presidente do PSD de Matosinhos.

A incapacidade da autarquia de Matosinhos, levou Luísa Salgueiro a responsabilizar o governo do seu próprio partido, nomeadamente as Infraestruturas de Portugal. Esta entidade é da tutela do Ministério das Infraestruturas, liderado, de 2019 a 2022, por Pedro Nuno Santos – hoje, Secretário-Geral do PS e candidato a Primeiro-Ministro, e do qual Luísa Salgueiro foi mandatária nacional nas recentes eleições internas do PS.

“É de lamentar o silêncio comprometido, cúmplice e submisso da Câmara Municipal de Matosinhos de hoje e durante os últimos anos da governação socialista, visto que só agora responsabilizar o governo pela inoperância na mobilidade na VCI, A28 e Estrada da Circunvalação”, argumenta Bruno Pereira, vereador e Presidente do PSD de Matosinhos.



Luísa Salgueiro recomenda o voto em Pedro Nuno Santos para Primeiro-Ministro, mas ao mesmo tempo critica a inoperância de Pedro Nuno Santos enquanto Ministro das Infraestruturas.

“Luísa Salgueiro e Pedro Nuno Santos tudo prometem e nada executam.” Desde o início do seu mandato autárquico, em 2017, nada de relevo foi construído para melhorar a mobilidade em Matosinhos”, afirma o vereador social-democrata Bruno Pereira.

Os autarcas do PSD de Matosinhos, já apresentaram soluções diversas para os problemas de mobilidade, contrariando a apatia da Câmara

Municipal de Matosinhos, do Ministério das Infraestruturas e da Metro do Porto, pois existe a necessidade de aperfeiçoar e reformular a rede de metro, que em alguns troços se encontra em sobreposição e em conflito com a rede rodoviária, criando um impacto negativo na mobilidade dentro do concelho.

“O PSD exige um projeto de mobilidade com soluções viáveis e normalizadoras do trânsito para o concelho Matosinhos e critica a ausência de decisões por parte das entidades públicas, as quais em vez de resolverem os problemas, aumentam-nos por sua inércia.” afirma Bruno Pereira, vereador e Presidente do PSD de Matosinhos.

CÂMARA DE COIMBRA VENDE IMÓVEIS ABANDONADOS

A Câmara Municipal de Coimbra aprovou a alienação em hasta pública de dez imóveis, sobretudo lotes de terrenos para construção, com um valor patrimonial de 2,5 milhões de euros.

Em reunião do executivo, dia 5 de fevereiro, a autarquia procedeu à alienação de dez prédios do domínio privado municipal em hasta pública, com o objetivo de encaixar receitas extraordinárias e desonerar o município de “encargos com a manutenção regular destes imóveis”. A maioria dos imóveis são terrenos para construção de pequena dimensão, com exceção de dois terrenos

de 780 metros quadrados e 405 metros quadrados na freguesia de Santo António dos Olivais e um de 500 metros quadrados na União de Freguesias de Assafarge e Antanhol.

A proposta foi aprovada com os votos a favor da coligação Juntos Somos Coimbra (PSD/CDS/Nós/Cidadãos!/PPM/Aliança/RIR e Volt), uma abstenção da CDU e quatro votos contra do PS.

José Manuel Silva venceu que “a principal evidência de que os terrenos não têm sido úteis para a Câmara é o facto de estarem abandonados há anos”, recordando que o anterior executivo, lide-

rado pelo PS, “nada fez” com aqueles terrenos.

O autarca notou ainda que o município não tem conhecimento de todos os seus terrenos, estando a tentar “fazer um levantamento” dos terrenos que são propriedade da Câmara, criticando a ausência de “registos do passado”.

José Manuel Silva salientou que não faltam locais onde se possa investir o eventual valor da venda dos terrenos, apontando para os casos da Oficina Municipal do Teatro, Salão Brazil ou Casa do Cinema de Coimbra.



AUTARCA DE GÓIS QUER CONTINUAÇÃO DA VARIANTE À EN 342 ATÉ AO CONCELHO

O autarca de Góis, no distrito de Coimbra, continua a reivindicar a continuação da variante à Estrada Nacional (EN) 342 até ao seu concelho e ao município vizinho de Arganil, que ficou parada na Lousã em 2004.

“Desde o início do mandato que temos junto das instâncias competentes feito essa reivindicação, inclusive no ano passado, juntamente com o presidente da Câmara de Arganil, tivemos uma reunião na Infraestruturas de Portugal (IP) para sensibilizar quem de direito”, revelou o Presidente da Câmara Municipal de Góis, Rui Sampaio.

O autarca recordou que, nessa reunião, a resposta do secretário de Estado da tutela não foi favorável, pelo menos “enquanto não comesse a haver a reversão das concessões das autoestradas”, mas que o tema é uma “reivindicação constante junto da Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra”.

A variante à EN 342, iniciada em 1989, em Condeixa-a-Nova, estava inicialmente prevista chegar a Góis e Arganil, mas parou em Vilarinho (Lousã) no final de 2004, depois de um longo processo com várias empreitadas e falência de construtores.

“Não ter uma via estruturante é uma das dificuldades de Góis, que é dos poucos concelhos, ou o único no distrito de Coimbra, “que não tem uma ligação a um Itinerário Principal (IP), Itinerário Complementar (IC) ou autoestrada, e

isso cria dificuldades no acesso, na captação de investimento e de pessoas”, argumentou Rui Sampaio.

A cumprir o seu primeiro mandato, o presidente da Câmara de Góis disse que no período eleitoral que se aproxima, para as legislativas de 10 de março, o prolongamento da variante à EN 342 até ao concelho de Góis vai ser uma exigência junto dos vários candidatos.

“Sendo uma necessidade, vamos continuar a reclamá-la, já que tem sido uma prioridade e continuará a sê-lo”, sublinhou.

A chegada da variante à EN 342 a Góis é considerada por Rui Sampaio como “uma via estruturante e fundamental para o desenvolvimento do concelho”, que sofre os efeitos da interioridade.

“É uma necessidade premente de Góis, que é motivo de exclusão e de ficarmos para trás, aumentando as dificuldades em atrair empresários”, reiterou o Presidente da autarquia, salientando que os atrasos na sua construção agravam as diferenças entre o litoral e o interior.

O autarca frisou que a construção da variante à EN 342 é uma obra que “está sempre na ordem do dia” e que tem “a perfeita noção das dificuldades e que se trata de uma luta antiga travada por outros autarcas, sem nenhuns resultados”.

BOLIEIRO PROMETE DIÁLOGO NOS AÇORES



José Manuel Bolieiro afirmou que a coligação PSD/CDS-PP/PPM, vencedora das legislativas açorianas de domingo nos Açores, tem “a responsabilidade de liderar os destinos” do arquipélago por quatro anos e comprometeu-se “a manter um diálogo aberto e conciliador”.

“Agradeço a confiança depositada na coligação PSD/CDS/PPM, que nos confere a responsabilidade de liderar os destinos dos Açores nos próximos quatro anos”, referiu o também atual Presidente do Governo Regional numa publicação na rede social Facebook.

José Manuel Bolieiro, que na noite eleitoral disse estar pronto para governar com maioria relativa, uma vez que a coligação ficou a três deputados dos 29 necessários para uma maioria absoluta, considerou a vitória de domingo um testemunho do “compromisso inabalável com a estabilidade e o bem-estar” da população.

Os resultados são, no seu entender, um apoio à governação da coligação desde 2020 e permitem renovar a confiança no percurso definido.

“Comprometo-me a manter um diálogo aberto e conciliador, garantindo que nenhum açoriano seja deixado para trás. Seremos um governo de estabilidade, enfrentando os desafios com coragem e determinação, sempre com os interesses dos açorianos em primeiro lugar”, acrescentou, na sua primeira mensagem pública após a noite eleitoral.

O social-democrata compromete-se também a “honrar os compromissos assumidos” e a “prestar um serviço ainda melhor às populações e aos territórios” das nove ilhas.

“Somos uma força incansável na promoção do bem-estar dos açorianos”, escreveu, agradecendo ao CDS-PP e ao PPM, além de todas as estruturas do PSD, “pela dedicação e coesão”.



PESAR DO PSD PELA MORTE DE PEDROTO

• *Mota Pinto presente no funeral*

Constituiu sentida manifestação de pesar o funeral, ontem realizado no Pavilhão das Antas para o cemitério de Agramonte, do desportista José Maria Pedroto. Esteve presente o líder do PSD, Mota Pinto, e a Comissão Política Nacional fez-se representar por Montalvão Machado. No cortejo integrou-se, também o presidente da Comissão Política Distrital do Porto, Brochado Coelho.

Logo que a infausta notícia do falecimento do ex-treinador da Seleção Nacional e do Futebol Clube do Porto foi conhecida, o líder do

PSD, Mota Pinto, e o secretário-geral, Antunes da Silva, enviaram telegramas de condolências à família de Pedroto e ao Futebol Clube do Porto, que publicamos na pág. 11.

Militante do PSD desde Janeiro de 1975, José Maria Pedroto foi candidato a deputado à Assembleia Constituinte, pelo círculo do Porto, e participou, depois, activamente, em diversas campanhas eleitorais. Desde 1980 era membro da Assembleia Distrital do Porto do PSD, na qualidade de dirigente do Sindicato dos Treinadores de Futebol.

TSD lutarão para que 1985 seja um ano de mudança, onde o poder de compra dos trabalhadores não seja diminuído e haja mais justiça social

(PÁG. 2)

VEREADOR DO PSD NA CÂMARA DO SEIXAL

À APU INTERESSA A EXISTÊNCIA DE «CLANDESTINOS» PARA ATRAVÉS DELES CONSEGUIR VANTAGENS POLÍTICAS

(PÁG. 12)

**MELHORAR E DIGNIFICAR
O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

— *Objectivo de um Despacho do ministro da Educação*

(PÁG. 4)

Em Barroelas (Viana do Castelo)

**SIGNIFICATIVA
VITÓRIA
ELEITORAL
DO PSD**

O PSD venceu as eleições para a Assembleia de Freguesia de Barroelas, a maior freguesia rural do concelho de Viana do Castelo.

Foram os seguintes os resultados apurados:

| | |
|-----------|-----|
| PSD | 581 |
| PS | 520 |
| CDS | 343 |
| APU | 69 |

EDIÇÃO N.º 540 do "Povo Livre" | 9 de janeiro de 1985.

"Pesar do PSD pela morte de Pedroto".

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos, convoco a Assembleia da Concelhia de Mafra do PSD, para uma Reunião Ordinária, a decorrer no próximo dia 16 de Fevereiro de 2024 (sexta-feira), pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita na Rua do Arvoredo, Bloco B, na Ericeira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e aprovação das contas referente ao exercício de 2023;
2. Apresentação do Plano de Actividades e do Orçamento para 2024;
3. Análise da situação política local e nacional;
4. 49º Aniversário do PSD-Mafra;
5. Outros assuntos.

PALMELA

CANCELAMENTO DA CONVOCATÓRIA PUBLICADA NO POVO LIVRE DE 31 DE JANEIRO DE 2024

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata (PPD/PSD), convoca-se a Assembleia de Secção de Palmela, para reunir no próximo dia 16 de Fevereiro de 2024 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede da Junta de Freguesia de Palmela, sita no Espaço Cidadão na Rua Hermenegildo Capelo nº 58, em Palmela, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação, discussão e votação das contas anuais de 2023;
3. Apresentação, discussão e votação do Orçamento 2024.
4. Análise da situação política.

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Póvoa de Varzim, para reunir no próximo dia 15 de Fevereiro de 2024 (quinta-feira), pelas 21h00, no Museu Municipal da Póvoa de Varzim, sito na Rua Visconde de Azevedo nº 17, em Póvoa de Varzim, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação e votação do Relatório e Contas do ano de 2023;
3. Análise da situação política;
4. Outros assuntos.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal para reunir no dia 20 de Fevereiro de 2024 (terça-feira), pelas 21h00, na Sede da Secção, sita na Rua do M.F.A. nº 11, na Amora, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação do relatório de contas;
3. Análise da situação política-partidária;

SESIMBRA

Nos termos dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convocam-se todos os militantes para reunirem, em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Sesimbra, no próximo dia 16 de Fevereiro de 2024 (sexta-feira), pelas 20h30, na sede sita na Rua da República nº 20 -1º Esq, em Sesimbra, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação, discussão e votação das contas anuais de 2023;
3. Análise da situação político-partidária.

Nota: Se na hora prevista não estiverem presentes a maioria dos militantes da secção, a Assembleia iniciar-se-á decorridos trinta minutos, com o número de militantes presentes

TROFA

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e demais Regulamentos, convoca-se a Assembleia da Secção de Trofa a reunir em sessão ordinária, no próximo dia 14 de Fevereiro de 2024 (quarta-feira), pelas 21h00, no Auditório Trofa XXI, sito na Rua Padre Joaquim A Pedrosa, em Trofa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Famalicão a reunir em sessão eleitoral ordinária, no próximo dia 16 de Março de 2024 (sábado), entre as 10h00 e as 19h00, na sede concelhia, sita na Rua Adriano Pinto Basto nº 212 – sala 14, em Vila Nova de Famalicão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Secção, ou a quem por delegação o substitua, na sede da Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

Para efeito de receção das candidaturas, a Sede estará aberta entre as 21h00 e as 24h00 do referido dia.

As urnas estarão abertas entre as 10h00 e as 19h00.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 |
Email: jsdnacional@gmail.com

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD Gaia, para se reunirem no dia 23 de março (Sábado) de 2024, pelas 14:30 horas, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1323, 4430-999 - Sede PSD Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política Concelhia.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14:30 horas e as 18:30 horas.

As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa Distrital ou a quem estatutariamente a substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral para o e-mail: martascalmeida@gmail.com.